

Contexto familiar de adolescentes em medida socioeducativa: fortalecimento do potencial protetivo

Family context of adolescents in socioeducative measure: strengthening its protective potential

Ângela Maria Rosas Cardoso¹
Jane Lynn Garrison Dytz²
Maria da Glória Lima³

RESUMO

Objetivo: Conhecer o contexto familiar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime de semiliberdade.

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 15 familiares, cujos dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada submetidos ao software Alceste e analisados pela técnica de análise de conteúdo de Bardin.

Resultados: Os resultados apontaram quatro classes temáticas denominadas: o envolvimento do filho com as drogas e o ato infracional no contexto familiar e o papel da medida socioeducativa; a dificuldade de monitoramento do filho e o risco da rua e das drogas para atos infracionais; a luta cotidiana da mãe no cuidado dos filhos e o estudo e trabalho como expectativas de melhor futuro; e, histórias de vidas marcadas por violência, desamparo social e as estratégias de superação.

Conclusão: Evidenciou-se a necessidade do fortalecimento do potencial protetivo das famílias, visando a resultados efetivos no processo de ressocialização.

Palavras chave: Relações familiares; drogas; delinquência juvenil.

¹Mestre em Enfermagem, Docente da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) e Enfermeira da Secretaria de Saúde do Distrito Federal
Email: angelamrosas@hotmail.com

²Doutora em Enfermagem, Docente Aposentada do Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília (UnB)
Email: janedytz@gmail.com

³Doutora em Enfermagem, Docente do Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília (UnB) - Email: limamg@unb.br

ABSTRACT

Aim: To study the family context of adolescents in compliance with socio-educational measures in a partial freedom regime.

Methodology: This is a qualitative study carried out with 15 family members, whose data were collected through a semi-structured interview submitted to Alceste Software and analyzed by the Bardin content analysis technique.

Results: The results indicated four thematic classes: the involvement of the child with drugs and the infraction in the family context and the role of the socio-educational measure; the difficulty of monitoring the child and the risk of the street and drugs for infractions; the daily struggle of the mother in the care of the children and study and work as indicators of a better future; and stories of lives marked by violence, social abandonment and coping strategies.

Conclusion: There was found to be a need for strengthening the protective potential of families, aiming at effective results in the process of resocialization.

Keywords: Family relations; Drugs; Juvenile delinquency

INTRODUÇÃO

Esse estudo visa conhecer o contexto familiar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime de semiliberdade. Esse interesse parte da necessidade de pensar estratégias de intervenção que fortaleçam as competências das famílias desses adolescentes infratores, garantindo a sua participação como parceira e corresponsável no processo socioeducativo e de ressocialização do adolescente.

No Brasil, as medidas socioeducativas são aplicadas ao adolescente com idade entre 12 a 18 anos, podendo se estender até os 21 anos incompletos, segundo a natureza da infração, as condições sociofamiliares e os programas e serviços existentes, conforme preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹ e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)². O regime de semiliberdade é uma das medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente que pratica um ato infracional, Art. 120 do ECA, similar aos crimes

de médio e alto potencial ofensivo, como lesões corporais graves, tráfico de drogas, homicídio, roubos e outros. Assim, ele é responsabilizado na perspectiva de sua condição de vulnerabilidade, isto é, pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos, recebendo não uma pena, mas uma medida socioeducativa².

A medida de semiliberdade prevê a saída obrigatória do adolescente para estudar, iniciar ou desenvolver atividades e ou cursos de profissionalização durante o dia, voltando para dormir na Unidade de Semiliberdade e passando os finais de semana com a família, mediante autorização da Coordenação da Semiliberdade. Desta forma, mantém uma privação parcial de liberdade, garantindo assim a maior possibilidade da ação socioeducativa implicar na continuidade da formação e desenvolvimento pessoal, no incremento do senso de responsabilidade pessoal e no estabelecimento de valores e regras para a convivência cidadã, ao potencializar ou criar redes de apoio, envolvendo a família e a comunidade nesse processo².

No entanto, para melhor efetivação da medida socioeducativa, é importante que os técnicos educadores e os profissionais de saúde e da educação, alocados nas Unidades de Semiliberdade onde os adolescentes cumprem a medida socioeducativa, promovam ações visando a maior aproximação dos familiares, como: a construção de diálogo acolhedor, a compreensão de suas peculiaridades e singularidades, crenças e valores, apoio emocional e aconselhamento, informação e orientação, encaminhamento a serviços básicos e complementares e apoio psicossocial².

O reconhecimento das necessidades e potencialidades da família visa o direcionamento futuro da vida do adolescente. Portanto, o contexto familiar, os fatores socioeconômicos e a inserção do adolescente na sua comunidade são aspectos a serem trabalhados durante a execução da medida socioeducativa, de modo a potencializar os aspectos positivos e favorecer a superação das condições de risco e redução das vulnerabilidades em que estão inseridos.

Estudos apontam alguns fatores socioeconômicos relacionados ao contexto familiar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que podem contribuir para elevar a situação de vulnerabilidade social da família, tais como: a dificuldade de acesso aos recursos de saúde e educação, a permanência na informalidade do trabalho dos chefes de família e/ou a baixa qualificação para o trabalho e a falta de oportunidades para o adolescente e sua família, o que reduz as possibilidades de mudanças e afeta suas expectativas de futuro. Todos esses fatores impactam negativamente na qualidade de vida dessas famílias³.

A família exerce papel fundamental no desenvolvimento dos seus filhos, pois tem como tarefa o cuidado e a proteção psicossocial, em uma perspectiva de respeito, diálogo e expressão de afeto, a partir da construção de limites adequados, principalmente na adolescência, as respostas aos riscos e a sua condição de vulnerabilidade⁴.

A adolescência exige uma maior flexibilidade dos pais e/ou responsáveis para garantir a autonomia dos filhos no processo de construção de sua identidade, pois é nesta fase que começam a descobrir suas necessidades, interesses e habilidades e a elaborar o seu projeto de vida. Contudo, é uma fase em que o adolescente é mais exposto às vulnerabilidades produzidas pelo

contexto social e pelas desigualdades resultantes de processos históricos, como: a pobreza, a baixa escolaridade, a exploração no trabalho, a privação da convivência familiar e comunitária e o uso de substâncias psicoativas⁵.

Dessa forma, a necessidade de promover uma maior vinculação afetiva, fortalecer o estabelecimento de regras claras e o monitoramento das atividades sociais configuram-se como importantes ações para favorecer a diminuição do risco de uso de drogas e o envolvimento com pares com comportamentos desviantes⁶.

O contexto familiar tem sido considerado bastante significativo quanto ao seu potencial protetivo, mas também de risco para o uso de substâncias psicoativas e de comportamentos disruptivos. O potencial protetivo está relacionado à construção de vínculos fortes e afetivos entre os seus membros, o sentimento de amparo do adolescente frente à capacidade de resposta da família às suas demandas, o monitoramento e a supervisão das atividades⁷.

O potencial de risco envolve outros fatores da dinâmica e funcionamento familiar, como: os conflitos familiares⁸, a violência física, psicológica e sexual^{9,10}, o relacionamento ruim com os pais, a ruptura familiar¹¹, a história familiar de uso de álcool e de outras drogas¹⁰ e a falta de supervisão e monitoramento dos pais¹².

O SINASE descreve que a família se configura como um importante fator para a implementação de ações necessárias à ressocialização, tais como: manutenção na escola, mudança nas relações afetivas com os membros familiares, estabelecimento de regras, proteção, cuidado, inserção no mercado de trabalho².

No entanto, a complexidade que envolve a questão do uso de drogas na adolescência e do cometimento do ato infracional exige a compreensão das limitações da família em situação de vulnerabilidade social e de risco para as transformações exigidas nesse processo⁷.

Isso implica reconhecer que as famílias, ao construir as suas práticas educativas, o fazem por meio da interação com seu contexto sociocultural, refletidas pela ocupação e profissão dos pais, escolaridade, tamanho da família, composição, estrutura familiar e oferta de recursos quanto à educação, lazer e esporte para os seus filhos e demais membros⁶.

Considera-se que os fatores de risco, isoladamente, dificilmente levariam um adolescente a praticar o ato infracional. Portanto, é preciso entender o contexto em que esses fatores se manifestam juntamente com a capacidade de enfrentamento dessas famílias.

Diante da complexidade dessas questões, o alicerce na teoria sistêmica mostra-se como um caminho que possibilita ampliar o olhar sobre o contexto familiar. O entendimento das interações e inter-relações produzidas entre os seus membros podem favorecer o reconhecimento das dificuldades que constituem uma condição de vulnerabilidade e risco para o adolescente e sua família¹³.

Dessa forma, esse estudo tem como objetivo conhecer o contexto familiar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime de semiliberdade, a partir da perspectiva sistêmica, visando o fortalecimento do seu potencial protetivo.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo exploratório descritivo, ancorado nos pressupostos da teoria sistêmica. Participam deste estudo quinze mulheres, sendo treze mães e duas avós maternas, representantes legais dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em Unidades de Semiliberdade.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada para cada família participante, no período de novembro de 2011 a julho de 2012, conduzida pela própria pesquisadora, de acordo com a disponibilidade das famílias. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido era assinado pelo participante após a leitura pela pesquisadora, com esclarecimento das dúvidas quanto aos procedimentos a serem adotados, como a gravação em áudio da entrevista e o anonimato e sigilo dos dados.

Os nomes das participantes, assim como de seus filhos e demais familiares, foram preservados e substituídos nas citações por nomes fictícios e identificadas com a letra F e o número que representa a ordem de realização das entrevistas. O critério utilizado para a determinação do número de participantes seguiu o princípio e a estratégia da saturação, ou seja, quando não se encontram mais dados adicionais. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde, sob o número

11/2009. Este estudo integra o projeto “A Saúde integral de Adolescentes em medida socioeducativa – fortalecimento e avaliação das ações intersetoriais do Distrito Federal” desenvolvido pelo Serviço de Estudos sobre Álcool e Outras Drogas (SEAD), que funciona no Hospital Universitário de Brasília - HUB, pertencente à Universidade de Brasília - UnB.

Os dados foram tratados por meio do software Alceste, versão 4.8. Este software segmenta o material a ser analisado em grandes unidades denominadas de Unidades de Contextos Iniciais (UCI). Depois, o texto completo é reformatado e dividido em novos segmentos compostos por algumas linhas. Para formar as Unidades de Contexto Elementares (UCE) foram consideradas as respostas dos participantes às perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada. A leitura dos dados foi realizada por meio da classificação hierárquica descendente do corpus textual analisado que o sistematiza o em classes que tratam de temas particulares, ainda que estejam relacionadas. Cada classe é configurada em função do qui-quadrado das palavras e suas frequências indicam o seu índice de associação à classe. Nos resultados apresentados, o sentido depreendido das classes foi extraído por meio da análise das palavras com maior qui-quadrado¹⁴. Ressaltamos a presença de um corpus com UCIs de tamanho médio de 30.044 palavras, o que justifica o uso deste software e favorece a qualidade dos seus dados.

Em seguida, as classes foram submetidas à técnica da análise categorial, que busca identificar e analisar os núcleos de sentido ou temas que compõem o texto, entendidos como unidades de significação encontradas no texto analisado¹⁵.

RESULTADOS

Nos corpus analisados pelo software Alceste foram reconhecidas quatro classes com a seguinte distribuição de porcentagem na apresentação dos resultados: classe 1, 22%; classe 2, 23%; classe 3, 19%; e classe 4, 36%.

Na Figura 1 é apresentado o dendograma com as denominações das classes, juntamente com os léxicos e respectivos valores de qui-quadrado, valor este que corresponde ao poder de agregação dessas palavras, ou seja, as palavras que foram consideradas mais significativas.

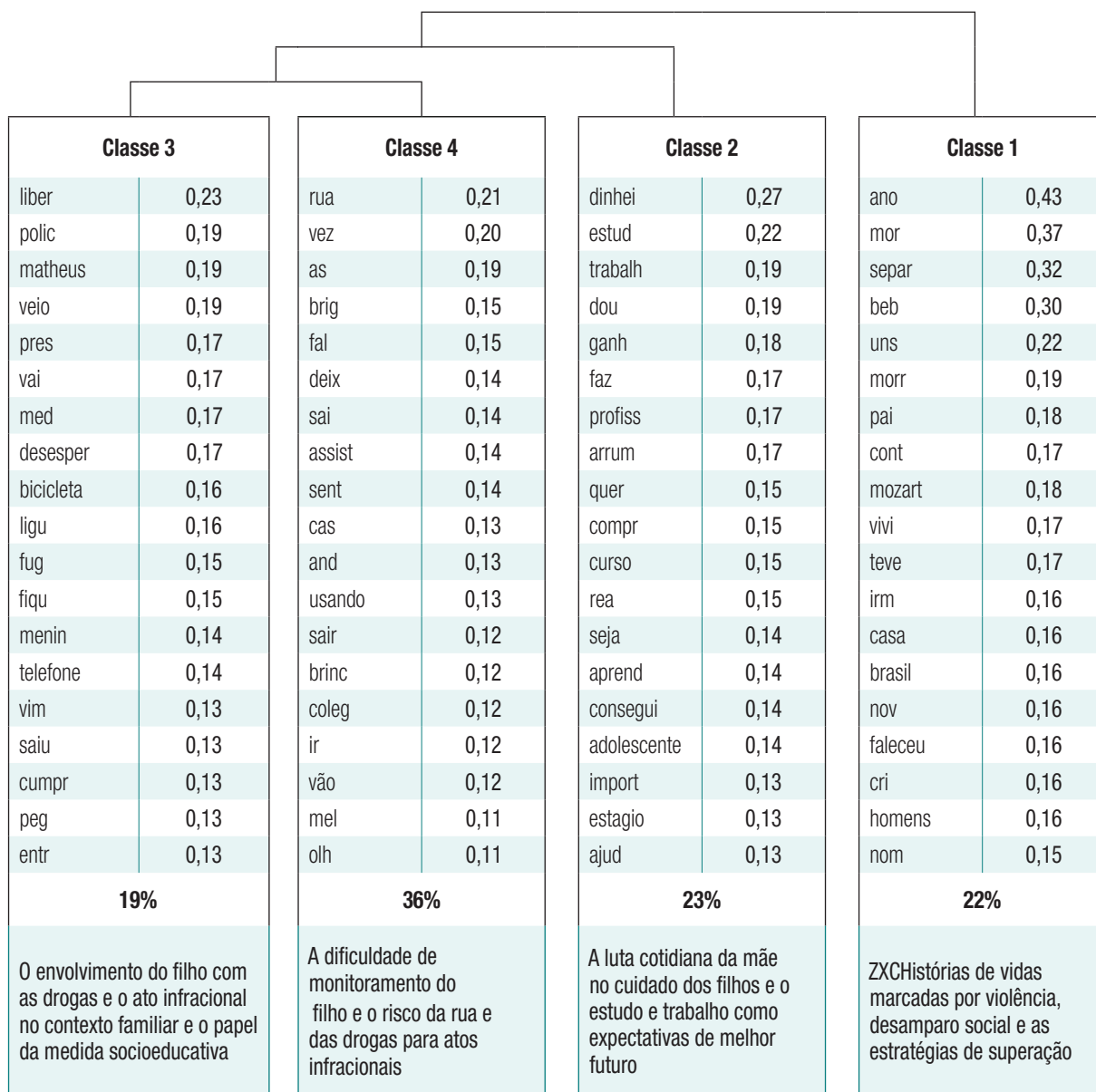


Figura 1. Classificação hierárquica descendente

Os resultados das classes são apresentados na sequência, desviando-se da ordem estabelecida pelo software Alceste, apenas com intuito de permitir ao leitor uma melhor compreensão do contexto apresentado pelas familiares na análise temática dos seus discursos.

Histórias de vidas das famílias marcadas por violência, desamparo social e as estratégias de superação.

Nesta classe é descrita a importância da figura da mulher que luta sozinha no cuidado dos filhos. Podemos identificar entre as participantes a fragilidade das relações familiares e dos riscos presentes em várias gerações, tais como: a pobreza,

a baixa escolaridade, a convivência com violência psicológica e física dentro do contexto familiar, a educação parental pautada na rigidez moral e a fragmentação dos vínculos afetivos.

Eu acho assim - que se eu não tivesse apanhado tanto, se meu pai não fosse tão rígido comigo, eu era uma mulher, eu podia até ser formada. Podia ter um bom emprego, formada, podia ter dado condições melhores para os meus filhos que viesse, entendeu como é que é? É assim, eu acho que não foi bom, essas surras que meu pai me dava, muito violentas (F12).

Elas apontam ainda outras situações de violência associadas à presença de transtornos mentais,

consumo abusivo de álcool dos seus pais e perda precoce de figuras significativas de cuidado que influenciaram a saída precoce de casa de seus pais em busca de melhores condições de vida, trabalho, profissionalização e a possibilidade de constituir suas próprias famílias.

Podemos perceber uma repetição de situações de violência doméstica e familiar na vida das participantes, pois a maioria enumera casamentos e recasamentos pautados em relações de exacerbada e persistente violência psicológica e física, que desencadearam muito sofrimento para elas e seus filhos. Nesse contexto de violência, presente em todas essas famílias, as participantes avaliam a separação do companheiro como um percurso comum para diminuição do sofrimento e ruptura dos processos de violência. Em todas as famílias entrevistadas, as mulheres estavam separadas do pai do adolescente participante do estudo.

O Marcel [ex-marido] era muito violento, nervoso, chegou a um ponto de, muitas vezes, querer me espancar. Eu fui aguentando porque os meninos eram pequenos. Eu não trabalhava, ele não deixava eu trabalhar fora. Então, eu tive que cuidar dos meus filhos e quando eles ficaram um pouco maior, eu saí e fui enfrentar a vida em Goiânia (F2).

A relação dos filhos com o pai é descrita em suas falas como extremamente violenta, caracterizada pela negligência, ausência de demonstração de afeto, diálogo restrito a cobranças excessivas e ausência de supervisão das atividades dos filhos.

Quando a gente estava junto, ele não deixava faltar as coisas para os meninos. Mas ele nunca foi aquele pai de chegar, de dar carinho para os filhos. Eles estão nessa idade e nunca tiveram um beijo dele, um abraço dele.. Meus filhos hoje não sabem falar, se alguém chegar e perguntar – você sabe o que é um carinho de pai? (F6).

Após a separação do casal, geralmente era seguida de um distanciamento maior por parte do pai, revelando a falta da representação simbólica da figura paterna na organização familiar e na formação da identidade dos adolescentes, o que reforçava ainda mais o sentimento de abandono afetivo da figura paterna pelo filho, o que era visto por elas, como uma das principais causas de revolta e sofrimento para eles, o que pode ser exemplificado pelo trecho: “Então eu fiquei muito chateada e revoltada no início, não tanto por mim,

mas pelas crianças, pelo abandono, pelo descaso, pela falta de pai para as crianças, não pela falta do valor material” (F14).

A dificuldade de monitoramento do filho e o risco da rua e das drogas para atos infracionais

Nesta classe as mães descrevem a dificuldade de monitorar as atividades dos filhos fora de casa por terem uma longa jornada de trabalho e pouco tempo disponível para acompanhar de perto os filhos. São elas que sustentam financeiramente toda a sua família e garantem os recursos para a moradia, alimentação e o vestuário, entre outros, além de realizar as tarefas domésticas.

Eu tinha que trabalhar porque o dinheiro que o pai dele me dava era muito pouco, não dava para manter. Aí eu comecei a trabalhar, botava ele para ir para o colégio. Quando eu pensava que ele estava no colégio, ele não ia. Aí ele começou a ir para a escola e ficar fora de sala de aula. Ele tinha uns oito anos. Ele não ia para o colégio, ficava com os amigos do lado de fora, com amigos que mexiam com droga e fumavam (F5).

Elas percebem a forte influência que o filho adolescente sofre de seus pares e buscavam o estabelecimento de novas estratégias comunicacionais ou educacionais, ora mais tolerantes, ora punitivas na esperança do restabelecimento de limites e da autoridade materna, que não eram acolhidas ou legitimadas na relação com o filho e, conseqüentemente, melhorar o padrão afetivo das relações familiares, mas que acabavam por se mostrar ineficazes para facilitar a proteção e modificar os padrões de funcionamento da família.

Eu saía para trabalhar e eles não obedeciam, passavam o dia na rua (...) Eles apanhavam e mesmo assim eles saíam, mesmo grandes eles apanhavam e assim mesmo ainda saíam. De lá para cá, nunca mais obedeceram. Ele ficava o dia todo fora, ia para todos os lugares com todas as amizades que a gente não gostava (F9).

Suas narrativas expressam sentimentos de sofrimento e desespero pelo desconhecimento do que os filhos fazem e a impotência diante da realidade do contexto em que vivem, pois são as únicas responsáveis por todas as questões envolvendo os filhos, inclusive monitorar o processo de ressocialização do adolescente em medida socioeducativa.

Na impossibilidade de monitorar as atividades e relações cotidianas do adolescente pela carência social, a rua é reiteradamente apontada como um fator de desproteção, isto é, um lugar onde seus filhos podem passar a conviver e serem influenciados por outros jovens na experimentação de drogas e se envolver em outros riscos psicossociais, como a tráfico de drogas, transgressões e infrações sociais.

Embora as famílias ressaltem a baixa capacidade de monitoramento parental, elas afirmam que, com a aplicação da medida de semiliberdade, existe uma tentativa de melhorar o vínculo afetivo com os filhos. As participantes buscam reaproximar e restabelecer um diálogo com os filhos infratores, estarem mais próximas deles em suas saídas da Unidade de Semiliberdade para eles passarem os finais de semana em sua casa. No entanto, o diálogo estabelecido entre mãe e filho infrator baseia-se mais num jogo de convencimento por parte da mãe para que o filho não continue a “fazer coisas erradas” ou a necessidade do filho em melhorar o seu comportamento na Unidade de Semiliberdade e “fazer tudo direitinho” para cumprir e terminar logo o tempo da medida socioeducativa.

O envolvimento do filho com as drogas e o ato infracional no contexto familiar e o papel da medida socioeducativa

Essa classe retrata a descrição das famílias sobre as mudanças no contexto familiar e social com o envolvimento do filho com as drogas e o ato infracional, verbalizando sentimentos de impotência, medo, vergonha e tristeza, bem como a falta de apoio dos familiares e social frente à aplicação de medida socioeducativa pela prática de ato infracional.

A descoberta pelas mães e avós do uso de drogas do adolescente ocorre, na maioria das famílias, associada ao ato infracional, seja pelo contato policial devido ao flagrante delito, seja pelos relatos dos vizinhos sobre o comportamento e o envolvimento com outros adolescentes infratores e/ou usuários de drogas.

As mulheres explicitam que os atos infracionais cometidos pelo filho são revestidos de muito julgamento moral e culpabilização pela família ampliada, vizinhos e toda a sociedade.

Em suas narrativas, as famílias percebem a internação em uma Unidade de Semiliberdade de forma ambivalente, ora mais significativamente

associado como uma ação repressiva e punitiva, com a privação da liberdade do adolescente, ora a preocupação da possibilidade de aumentar o convívio do filho com outros jovens infratores, o que pode prejudicar ainda mais o futuro do filho. Mas, também, por outro lado, o sistema socioeducativo pode atuar como fator de proteção, por manter o adolescente afastado do risco da influência negativa dos amigos e quanto à questão das drogas e/ou atos infracionais no contexto da rua.

Eu acho, para mim, no meu ver, que ele está aqui para não estar na rua. E durante o tempo que ele passa aqui, ele não vai para a rua praticar outros atos. Evita mais de ele usar drogas porque, para outros, a Semi é praticamente cadeia, uma coisa que você fica preso, não tem liberdade para nada. Para ele, eu penso assim, que ele não está na rua, eu fico mais tranquila em casa quando ele está aqui porque sei que ele não está na rua (F12).

Essa fala acima denota ainda a dificuldade das famílias em entender a medida socioeducativa aplicada pela justiça aos adolescentes infratores, com o seu propósito psicoeducativo, pois não conseguem vincular ou fazer referência à sua responsabilidade institucional na promoção e proteção integral, com vista à ressocialização e reinserção social, em parceria com elas e outros atores sociais, talvez dado aos limites institucionais e sociais para instituir a medida socioeducativa, conforme preconizada pelo ECA e SINASE.

A luta cotidiana da mãe no cuidado dos filhos e o estudo e trabalho como expectativas de melhor futuro

Nessa classe as participantes descrevem, de forma significativa, a busca incansável para oferecer aos filhos melhores condições de vida das que elas tiveram em suas famílias de origem e seu esforço em manter fortalecidos os laços familiares, afetivos e sociais, em face à insuficiência do Estado e à expectativa do estudo e do trabalho para mudança da situação atual do adolescente e melhor qualidade de vida.

Suas narrativas apontam a expectativa da conquista pelos filhos de um emprego qualificado com salário adequado e boas condições de trabalho. Elas reconhecem que, para a família alcançar reais condições de superação, é preciso que, tanto elas como os filhos, tenham uma melhor qualificação profissional e a continuidade do processo de escolarização.

Elas identificam que certos fatores, como: a evasão escolar, a desmotivação para a continuidade dos estudos, a falta de desejo de qualificação profissional, a manutenção do convívio com outros jovens infratores ou usuários de drogas, limitam as possibilidades futuras de uma vida melhor para os filhos. Percebe-se que, para estas mulheres, a meta mais importante a ser alcançada pelo filho é a oportunidade de trabalhar e ser uma pessoa digna, como no exemplo: *“Eu queria que o Mathias parasse com as drogas, voltasse a estudar e começasse a trabalhar. Trabalhar igual ao outro trabalha. Trabalhar, voltar a estudar e ser alguém na vida. Arrumar um emprego bom e trabalhar. Ser digno”* (F6).

Outra questão relatada pelas participantes diz respeito à insuficiência de recursos disponíveis pelo Estado para o apoio e suporte às famílias e aos adolescentes inseridos no contexto socioeducativo. Esse desamparo social e afetivo vivido pelas famílias nos reporta a outra fala bastante significativa dessa mesma mulher – uma avó no cuidado do seu neto, pois retrata como a família se sente desprotegida e desamparada no enfrentamento ao uso de drogas e na ressocialização do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Eu fico triste de ver que não tem apoio do governo, não tem apoio médico, não tem apoio, só existe a prisão, a Semi e a morte. Falta o governo fazer alguma coisa para, quando uma mãe bater na porta, ela ter ajuda (F8).

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo nos permitem uma compreensão maior das famílias onde adolescentes se formam e se envolvem com o uso de drogas e com a prática de atos infracionais, e dos fatores relacionados ao cumprimento da medida socioeducativa, em regime de semiliberdade, bem como das interrelações e alterações produzidas na dinâmica relacional e funcional entre os seus membros do sistema familiar. Ressalta-se a importância de dispor de uma rede social, articulada com a comunidade e Estado, que venha atuar como um sistema de apoio e de proteção para fortalecer as competências dessas famílias e dos adolescentes em conflito com a lei, com vista a efetivar o processo de ressocialização e reinserção social.

De modo geral, as famílias pesquisadas são oriundas de um contexto social de grande vulnerabilidade e de desigualdade, caracterizadas pela pobreza e pre-

cárias condições de vida. Assim, elas enfrentam o desamparo social associado à violência estrutural, em que as mães buscam dar conta de prover o sustento da casa e dos filhos, com baixa escolarização e por meio de trabalhos pouco qualificados, reproduzindo historicamente essa exclusão de dificuldade de acesso aos direitos sociais.

As famílias experimentam certo padrão de desproteção familiar por não encontrarem possibilidades que favorecessem uma mudança na forma de organização social e funcional dos seus sistemas familiares, e buscam manter-se e sobreviver com as condições e os recursos disponíveis. Observa-se que a fragilidade das relações de suporte familiar e a persistência da violência estrutural nas relações transgeracionais acabam produzindo baixa qualidade dos vínculos, no que tange a uma comunicação favorável a formação de vínculo afetivo, estabelecimento de limites e da autoridade ancorada no respeito e na autonomia na relação com os filhos.

Para Schenker e Minayo⁷, essa situação pode implicar prejuízo no exercício dos seus papéis parentais, refletido pela dificuldade em estabelecer uma comunicação mais afetiva e produtiva com os filhos, rotina de disciplina consistente e supervisão das suas atividades diárias, aspectos estes que podem ser observados por meio de situações de riscos para o uso de drogas e o cometimento de ato infracional.

Neste sentido, conforme prioriza o ECA¹, é primordial que as famílias, para que não sejam potencializadoras dos fatores de riscos sociais aos adolescentes, que ela seja incluída nas medidas de redução de risco, de maneira a romper com o padrão de prevenção centrado no ‘adolescente infrator’ ou no ‘desvio de comportamento’, avaliado com pouca eficácia e que induz ao erro de que a punição pode levar a uma melhor resolução desse fenômeno da violência do adolescente².

Os papéis familiares possuem um componente dinâmico que está associado à reciprocidade interacional, resultante da complexidade dos membros que o exercem e ao sistema como um todo^{4,13,17}. Ao considerar a organização dos sistemas, precisamos conhecer como as partes se influenciam mutuamente e o fato de que cada sistema inevitavelmente atravessa períodos de estabilidade e mudança^{13,17}.

A família, ao se deparar com as consequências do desamparo social e dos fatores de riscos no

desenvolvimento integral de seus adolescentes que se veem envolvidos com atos infracionais e em conflito com a lei, pode se sentir impotente para lidar com essa situação. Dessa forma, faz-se necessário garantir maior articulação dos diferentes atores envolvidos no cuidado ao adolescente infrator, de forma que estas famílias possam promover novas oportunidades de ressocialização e mudanças que proporcionem condições de desenvolvimento e superação da sua vulnerabilidade social¹⁸.

A inclusão das famílias como parceiras e corresponsáveis no processo de reabilitação e reinserção social tem como um dos recortes a valorização das competências dos membros familiares, e, segundo Ausloos¹⁹, *“todas as famílias possuem competências, mas que, em certas situações, ou não as sabem utilizar no momento que precisam, ou não sabem que possuem”* (p. 154), sendo necessário o suporte adequado para que elas encontrem condições de organização e mudanças dentro do seu funcionamento.

As famílias estudadas denotam uma capacidade de luta, resistência às situações adversas que são evidenciadas nas várias competências de seus sistemas quando buscam a superação da sua condição de vulnerabilidade social pelo trabalho árduo, da violência doméstica do cônjuge ou companheiro pela separação; da violência psicológica e física pela valorização do afeto e do sentimento de pertença na sua família atual.

O conceito de feedback traz a ideia de que o contexto influencia o sujeito e o sujeito influencia o contexto¹³. Assim, ao modificar o contexto em que o adolescente e sua família estão inseridos, tornando-o mais protetivo, esse contexto pode influenciar novas respostas e possibilitar uma mudança nos padrões de comportamentos.

Porém, para que ocorram as mudanças necessárias para alterar os padrões de funcionamento do sistema família, é preciso que algo afete o sistema, provocando novas inter-relações¹³.

Entende-se que a família é a base da formação e desenvolvimento integral dos filhos, e o Artigo 4º, do ECA¹ preceitua uma corresponsabilização compartilhada com a comunidade, sociedade e o Estado, para assegurar *“a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à*

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (p. 21).

Ao analisar a inserção do sistema socioeducativo, ou seja, as Unidades de Semiliberdade, com as suas múltiplas interações e articulações, como parte da rede de proteção do adolescente, as famílias percebem inúmeras dificuldades apontadas para que sejam proporcionadas condições de mudanças no contexto familiar, assim como para a garantia de um processo de ressocialização conforme preconizado pelas diretrizes do SINASE. Essas dificuldades são evidenciadas pela necessidade de ressignificar a cultura de punição e repressão, como sendo apenas da vontade da pessoa para sujeito de direitos, as condições e acomodações da unidade para a internação, a manutenção e continuidade do seu processo de escolarização, a inserção em atividades de esporte e lazer, a precária inserção do adolescente em atividade de profissionalização e qualificação profissional.

Dias, Arpini e Simon²⁰ ressaltam a importância de projetos sociais que apoiem, auxiliem, envolvam e encorajem as famílias a cuidarem de seus filhos, aprendendo a identificar as sinalizações comportamentais dos adolescentes como pedidos de ajuda que podem ser respondidos pela família.

A parceria do setor saúde nos projetos sociais e de proteção integral deve ser fortalecida como parte da rede de apoio e de intervenção dos familiares e adolescentes, traduzindo em uma atitude de valorização e reconhecimento dos sujeitos envolvidos, no compromisso com a mudança e o favorecimento de condições de superação das dificuldades e, ainda, na construção de relações mais amorosas e acolhedoras. Essa parceria é um exemplo de uma nova abordagem que possibilita o reconhecimento dessas realidades e um estilo de intervenção que permite que uma família se ajude.

Portanto, precisamos aprender com essas famílias e construirmos juntos possibilidades de mudança. Para tal, Minuchin et al.¹⁷ destacam que os profissionais devem desenvolver habilidades e competências, tais como: compreender que, quando intervêm, tornam-se parte do sistema familiar e explorar como elas definem os problemas, fazer a escuta qualificada destas famílias, ajudando-as a mapear e explorar acordos e desacordos por meio de ações espontâneas e orientadas; a reorganizar os padrões disfuncionais e a explorar possibilidades de se relacionar de modos diferentes; trabalhar as competências das famílias relacionadas aos

conflitos e na mobilização dos recursos da rede de relacionamento familiar e da rede de assistência social, saúde e educação.

Há também a necessidade de trabalhar condições para que as famílias possam ser encorajadas e capacitadas a adotar uma postura mais ativa para as mudanças necessárias quanto à conquista de relações mais afetivas e protetivas, melhores condições de monitoramento dos filhos e superação das dificuldades enfrentadas no seu cotidiano.

Assim, percebemos as dificuldades das famílias estudadas em desempenharem as funções de prover melhores condições econômicas, sociais e afetivas, sem que seja estruturada uma rede de proteção com maiores investimentos e apoio da comunidade, sociedade e dos setores públicos, a fim de modificar esse contexto de vulnerabilidade social e de violência estrutural ao proporcionar perspectivas de mudanças e de condições de incorporação de projetos de vidas que rompam com o padrão repetidor da marginalização e da exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática profissional dentro de uma perspectiva sistêmica é, ao mesmo tempo, um modo de pensar e um guia para facilitar a mudança, pois significa que entendemos o comportamento das pessoas e organizações como funções de conexões e interações frente aos inúmeros desafios vivenciados pelos seus membros na busca da superação de suas vulnerabilidades e riscos.

O reconhecimento dos padrões familiares, contexto e impacto das transições permitem que os profissionais que estão inseridos no atendimento a esses adolescentes e seus familiares abordem os problemas e as soluções com uma nova perspectiva, que engloba otimismo sobre a mobilização dos pontos fortes da família, pois esta sempre possui um repertório potencial mais amplo do que parece em seus padrões repetitivos.

Dessa forma, com a ampliação de uma rede proteção, com a participação ampliada da comunidade, sociedade e Estado, e, em específico, o setor saúde, podem se efetivar como parceiros para ajudar e apoiar as famílias na construção de novos caminhos que possam direcionar a mobilização dos recursos disponíveis e/ou para a implementação de novas estratégias segundo as demandas sociais, que sejam mais articuladas e voltadas ao fortalecimento de potencial protetivo das famílias de adolescentes em conflito com a lei.

REFERÊNCIAS

1. Senado Federal. Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. 6. ed. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70318/64.pdf?sequence=3>. Acesso em: 27/06/2017
2. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf. Acesso em: 27/06/2017.
3. Priuli RMA, Mores, MS. Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2007; 12(5): 1185-1192.
4. Wright LM, Leahey M. *Enfermeiras e Famílias: Guia para Avaliação e Intervenção na Família*. 5. ed. São Paulo: Roca, 2012.
5. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Situação mundial da infância. Adolescência Uma fase de oportunidades: todos juntos pelas crianças*. Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, 2011. Disponível em: [www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11\(3\).pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11(3).pdf). Acessado em 27/06/2017.
6. Carvalho MCN, Gomide PIC. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*: 2005; 22(3): 263-275.
7. Schenker M, Minayo MCS. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciências & Saúde Coletiva*: 2005; 10(3): 707-717.
8. Brook SJ, Brook DW, Zhang C, Cohen P. Pathways From Adolescent Parent-Child Conflict to Substance Use Disorders In the Fourth Decade of Life. *The American Journal on Addictions*. 2009; 8(3): 235-242.
9. Galvis YT, Villa JP, Fernández DY. Factores asociados al abuso y la dependencia de sustancias en adolescentes colombianos, con base en los resultados del WMH-CIDI. *Revista Colombiana de Psiquiatria*. 2010; 39(Suppl.):113-132.
10. Fergusson DM, Boden JM, Horwood J. (2008). The developmental antecedents of illicit drug use: Evidence from a 25-year longitudinal study. *Drug and Alcohol Dependence*. 2008; 96:165-177.
11. Kokkevi A, Richardson C, Florescue S, Kuzmanf M, Stergarg, E. (2007). Psychosocial correlates of substance use in adolescence: A cross-national study in six European countries. *Drug and Alcohol Dependence*. 2007; 83:67-74.
12. Fothergill KE, Ensminger ME. Childhood and adolescent antecedents of drug and alcohol problems: a longitudinal study. *Drug & Alcohol Dependence*. 2006; 82(1):61-76.
13. Vasconcellos MJE. *Pensamento Sistemico: O novo paradigma da ciência*. São Paulo: Papirus, 2006.
14. Reinert, M. Alceste, une method statistique et semiotique d'analyse de discours; Application aux Reveries du promeneur solitaire. *La Ravue Française de Psychiatrie et de Psychologie Medicale*. 2001; 5(39):32-36.
15. Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2012.
16. Castro AMFM, Teodoro MLM. Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: uma revisão narrativa da literatura. *Temas em Psicologia*. 2014; 22(1):1-12.
17. Minuchin P, Colapinto J, Minuchin S. *O desafio de trabalhar com famílias de alto risco social*. São Paulo: Roca, 2011.
18. Macedo RM, Moré CLOO, Cervený CMO, Costa LF, Conceição MIG, Penso, MA, et al. Subsídios para políticas públicas de apoio às famílias. *Nova Perspectiva Sistemica*. 2011;(39):23-40.
19. Ausloos G. *A competência das famílias: tempo, caos, processo*. 2. ed. Lisboa: Climepsi, 2003
20. Dias ACG, Arpini DM, Simon BR. Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativa. *Psicologia & Sociedade*. 2011; 23(3):526-535.

